



AMIES
ASSOCIAÇÃO DOS MANTENEDORES
INDEPENDENTES EDUCADORES
DO ENSINO SUPERIOR

Boletim Informativo



AMIES comemora seis anos e reúne lideranças do setor educacional em Brasília

A Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AMIES) comemorou os seis anos de fundação durante almoço em Brasília, reunindo representantes do setor educacional, autoridades públicas, dirigentes de instituições e convidados. O encontro celebrou a trajetória institucional da entidade, bem como o reconhecimento da contribuição feita ao longo dos últimos anos em prol do fortalecimento da educação superior brasileira.

“Para a AMIES, a celebração dos seis anos representa não apenas um momento de comemoração, mas também de reafirmação de seu compromisso com o aprimoramento das políticas públicas educacionais e com a defesa de uma educação superior de qualidade, plural e alinhada às necessidades do desenvolvimento do país”, ressaltou a secretária-executiva da Associação, Priscila Planelis.

Durante o almoço, estiveram presentes o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Manuel Palácios; a presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Denise Pires de Carvalho; o diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educa-

ção (FNDE), Ricardo Guterres; os ministros do Superior Tribunal de Justiça Teodoro Silva Santos e Paulo Dias de Moura Ribeiro; o senador Izalci Lucas; e os deputados Tabata Amaral, Eunício Oliveira, Ilan Presser e Átila Lira; entre autoridades públicas, representantes de entidades do setor educacional, especialistas e dirigentes de instituições de ensino superior.

Na ocasião, o Instituto Aplicado ao Desenvolvimento Humano, Educação e Cultura (IADHEC), associação sem fins lucrativos dedicada à promoção da inclusão social que é parceira institucional da AMIES, homenageou o presidente da AMIES e deputado federal Moses Rodrigues, além da deputada Tabata Amaral, pela condução do novo Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados, na condição de relator e presidente da Comissão Especial, respectivamente.

O agradecimento reconheceu o empenho e a dedicação para a construção de um PNE mais inclusivo, participativo e comprometido com a equidade. “O IADHEC é um instituto composto por profissionais que atuam há décadas na área da inclusão e que reconheceu, no trabalho da deputada Tabata e do deputado Moses, um valor

fundamental para a promoção de uma inclusão verdadeira. Trata-se de um esforço voltado à criação de espaços para todas as pessoas com deficiência, pessoas neurodivergentes e outros grupos minoritários, que, por meio de uma educação de qualidade, podem ter a oportunidade de alcançar uma transformação efetiva em suas vidas”, frisou o vice-presidente do Instituto, Antônio Rulli Neto.

Nova diretoria

A celebração contou ainda com a apresentação da diretoria eleita para o próximo triênio. O presidente Moses Rodrigues foi reeleito. “Tenho o privilégio de contar com uma equipe altamente qualificada e comprometida com os objetivos da Associação”, frisou ele, ao apresentar a nova diretoria: o vice-presidente Victor Veronezi; o diretor administrativo Ihanmark Damasceno; o diretor técnico Fernando Passos; o Conselho de Administração formado por Alexandre Chaddad, Paulo Vieira e Conrado Raunheitti; e o Conselho Fiscal composto por Jouberto Uchôa, Clovis Fecury e Jaime Romero.

“Essa nova diretoria assume a missão de dar continuidade ao trabalho construído ao longo desses seis anos e ampliar ainda mais a presença institucional da AMIES, fortalecendo o diálogo com os órgãos públicos, com o Congresso Nacional, com as instituições de ensino superior e com a sociedade”, ressaltou Moses Rodrigues.

AMIES

Fundada em fevereiro de 2020 com o propósito de representar institucionalmente as mante-

nedoras independentes de educação superior de reconhecida qualidade, a AMIES consolidou-se, em poucos anos, como uma interlocutora qualificada no debate educacional nacional. Desde sua criação, a entidade tem atuado de forma consistente na defesa de um ambiente regulatório equilibrado, na promoção da qualidade acadêmica e no fortalecimento do diálogo institucional com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ao longo de sua trajetória, a AMIES ampliou sua presença nos principais debates sobre políticas públicas para o ensino superior, contribuindo com análises técnicas e propostas relacionadas a temas como regulação educacional, financiamento estudantil, educação a distância, formação médica, avaliação da educação superior, impactos da reforma tributária no setor e o novo Plano Nacional de Educação.

A atuação institucional da AMIES também inclui participação em discussões estratégicas no âmbito do Poder Judiciário, além da produção de inteligência institucional voltada à qualificação do debate público, como a criação de painéis de acompanhamento de dados sobre a educação médica e processos regulatórios. Nos últimos anos, a entidade também tem investido em iniciativas voltadas ao reconhecimento de lideranças e à valorização do conhecimento acadêmico, como a Medalha do Mérito Educacional AMIES e a Revista AMIES, publicação científica e institucional que reúne contribuições de especialistas e lideranças do setor educacional.



Seres instaura processos de supervisão de cursos de medicina após resultados do Enamed 2025

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior publicou um conjunto de portarias que instauram processos de supervisão sobre cursos de graduação em medicina de diversas instituições de educação superior brasileiras. As medidas foram formalizadas por meio das Portarias Seres/MEC 72, 73, 74, 75 e 76, todas datadas de 16 de março de 2026.

As decisões têm como base os resultados do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) de 2025, além de fundamentos apresentados em nota técnica editada pela Seres. Os processos foram instaurados na fase de procedimento preparatório, prevista no Decreto 9.235/2017, que regula os processos de supervisão e regulação da educação superior no país.

As medidas cautelares mais severas foram aplicadas aos cursos que obtiveram Conceito Enade 1 e menos de 30% de concluintes considerados proficientes. Nesses casos, a Seres determinou a suspensão de pedidos de aumento de vagas; a suspensão da possibilidade de celebração de contratos do Fies; a suspensão de benefícios regulatórios concedidos pela Seres; a restrição de participação em programas federais de acesso ao ensino; e a suspensão imediata do ingresso de novos estudantes.

As medidas permanecerão vigentes até a divulgação dos resultados do Enamed 2026, quando poderão ser revistas, prorrogadas ou agravadas, sem prejuízo da possibilidade de instauração da fase sanciona-



dora do processo de supervisão, dependendo do desempenho obtido pelas instituições.

Análise

No contexto do Enamed 2025, a AMIES manifesta preocupação com o uso isolado do desempenho dos estudantes como único insumo para classificar cursos e acionar medidas de supervisão. Diferentemente do modelo tradicional do Enade, que integra um conjunto mais amplo de indicadores, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Conceito Institucional (CI) e o Índice Geral de Cursos (IGC), o Enamed vem sendo aplicado como parâmetro exclusivo, desconsiderando avaliações complexas já realizadas no âmbito do Sinaes.

“A avaliação deve ser mais ampla e considerar, por exemplo, corpo docente, estrutura física, laboratórios, produção acadêmica e diversos outros insumos previstos na Lei do Sinaes”, reforçou o consultor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros. “Lamentavelmente, a Seres utilizou apenas o resultado do desempenho de estudantes para avaliar a qualidade e aplicar penalidades às instituições de ensino e aos seus cursos de medicina”, explicou.

Outro ponto sensível diz respeito à antecipação de sanções. “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece um caminho claro: diante de eventual deficiência identificada em processos avaliativos, deve-se assegurar prazo para saneamento e posterior reavaliação, antes da aplicação de penalidades. A adoção imediata de medidas restritivas, já na primeira aferição do Enamed, fragiliza esse fluxo legal e compromete a previsibilidade regulatória”, reforçou.

A AMIES já havia alertado sobre a necessidade de o Enamed ser integrado de maneira coerente ao Sinaes, considerando múltiplos indicadores, respeitando o devido processo regulatório e promovendo diálogo permanente com IES, conselhos profissionais e entidades representativas.

A AMIES reitera sua disposição para contribuir tecnicamente com o MEC e o Inep, apresentando propostas para o aprimoramento do modelo, com foco na correção de distorções, na valorização das avaliações já consolidadas e na construção de soluções que fortaleçam, de fato, a qualidade do ensino.

Em reunião no Ministério da Saúde, AMIES discute sobre os indicadores de densidade médica em todo o país



A política de formação médica tem ocupado posição central nas discussões do setor educacional. Com o objetivo de contribuir com o Poder Público, a AMIES participou de reunião no Ministério da Saúde com o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Felipe Proença, para tratar dos indicadores de densidade médica no país, entre outros temas relevantes.

Na ocasião, a Associação foi representada pela secretária-executiva, Priscila Planelis; pelo consultor jurídico Esmeraldo Malheiros; e pelo diretor administrativo, Ihanmark Damasceno.

O encontro ocorreu em um momento oportuno, uma vez que os ministérios da Educação e da Saúde instituíram um grupo de trabalho para reavaliar os procedimentos de autorização de cursos de medicina, no contexto da Lei 12.871/2013 (Lei dos Mais Médicos). Segundo as pastas, a iniciativa visa debater medidas que contribuam para a adequada ordenação da oferta e para a redução das desigualdades regionais, asse-

gurando o padrão de qualidade que orienta a política pública. A proposta é que o estudo elaborado pelo GT aprofunde e atualize as análises sobre a distribuição de médicos, vagas e a infraestrutura da rede de saúde apta a apoiar a formação médica no país. O prazo inicial para a conclusão dos trabalhos é de 60 dias. A partir dos resultados, o governo federal poderá avaliar a eventual publicação de novo edital para autorização de cursos de medicina.

Em nota conjunta, os ministros destacaram que “o MEC e o MS seguirão atuando de forma coordenada com demais órgãos do governo federal para consolidar um diagnóstico atualizado sobre a oferta de cursos e vagas de medicina no país, considerando seus impactos na qualidade da formação médica e no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), para avaliar, de forma planejada e transparente, novas iniciativas de expansão, sempre condicionadas à necessidade social, à capacidade instalada da rede de saúde e ao interesse público”.

AMIES discute impactos do Enamed com a Seres após a abertura de processos de supervisão

Após a publicação de portarias que instauram processos de supervisão sobre cursos de medicina de diversas instituições de ensino superior brasileiras, a diretoria da AMIES, juntamente com sua assessoria técnica, reuniu-se com a secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Marta Abramo, para tratar dos desdobramentos relacionados ao Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), além de outros temas de interesse das instituições associadas.

“A reunião foi produtiva e permitiu o alinhamento de pontos relevantes, reforçando o compromisso institucional da Associação com o diálogo permanente com o Poder Público e o acompanhamento próximo das pautas regulatórias e de supervisão que impactam o setor”, informou a secretária-executiva da AMIES, Priscila Planelis. “É fundamental que a utilização do Enamed no âmbito regulatório seja acompanhada de uma análise criteriosa, contextualizada e multifatorial”, frisou. Na reunião, também estiveram presentes o consultor jurídico Esmeraldo Malheiros; o diretor de Relações Institucionais, Gilberto Garcia; e o diretor administrativo, Ihanmark Damasceno.



ÚLTIMAS NOTÍCIAS

O Senado aprovou o novo Plano Nacional de Educação. O texto, do Poder Executivo, traz diretrizes, metas e estratégias que devem orientar a política educacional brasileira pelos próximos dez anos. Aprovado com mudanças na redação original, o projeto seguiu para a sanção presidencial.

Enviado pelo Poder Executivo ao Congresso em 2024, o texto foi aprovado pela Câmara em dezembro de 2025. Na Casa, o relator da matéria na comissão especial foi o deputado Moses Rodrigues. O texto do novo PNE contém 19 objetivos, com acompanhamento das metas a cada dois anos nas áreas de educação

infantil, alfabetização, ensino fundamental e médio, educação integral, diversidade e inclusão, educação profissional e tecnológica, educação superior, estrutura e funcionamento da educação básica. Uma das inovações do texto foi a ampliação dos investimentos públicos em educação, atualmente estimados em 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB), para 7,5% em sete anos, chegando a 10% ao final do decênio.



Waldemir Barreto/Agência Senado



O deputado Benes Leocádio (União-RN) foi eleito presidente da Comissão de Educação da Câmara. O parlamentar afirmou que irá conduzir os trabalhos com diálogo, na busca de soluções concretas para a educação brasileira. Ao deixar a presidência, o deputado Maurício Carvalho (União-RO) exaltou o trabalho da comissão. “Essa foi uma comissão que enfrentou desafios e trabalhou com seriedade pela valorização dos professores, pela alfabetização das nossas crianças e pela construção do novo PNE”, ressaltou.

AMIES NA MÍDIA

cotidiano

FOLHA

QUARTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2026 A37

MEC aplica punições em cursos de medicina com desempenho baixo

De 350 cursos com resultados do Enamed divulgados, 107 tiveram notas insuficientes e 99 vão passar por supervisão; associação de mantenedores critica antecipação

Paulo Sakdiana

BRASÍLIA. O MEC (Ministério da Educação) instaurou nesta terça-feira (17) processos de supervisão dos cursos de medicina que tiveram desempenho baixo no Enamed (Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica).

A pasta do governo Lula (PT) também já impôs penalidades aos cursos, com medidas escalonadas de acordo com o nível de desempenho de cada curso. Os resultados do Enamed foram divulgados em janeiro. Dos 350 cursos de medicina com resultados divulgados, 107 tiveram notas e 2 — consideradas insuficientes e passíveis de processos de supervisão e sanções por parte do governo federal.

A supervisão e a imposição de penalidades atingem 99 cursos de medicina, que são aqueles sobre os quais recaem os poderes regulatórios do MEC. A maior parte dos cursos com nota baixa está em instituições privadas (87), com ou sem fins lucrativos. Não estão sujeitas a sanções do ministério instituições esta-



Estudantes do curso de medicina da faculdade Estácio, em Juazeiro (BA). Rafael Araujo - Agência Brasil

Sanções incluem suspensão de novos alunos

alização é anual e os resultados passaram a gerar consequências para as instituições — diferentemente do Enade, que ocorre em ciclos de três anos para um gru-

pos (IGC). O Enamed vem sendo aplicado como parâmetro exclusivo, desconsiderando avaliações complexas já realizadas.

A Abmes, outra entidade que

Espejo da redação do Enem 2025 é retirado do ar após erros nas notas

Gustavo Gonçalves

SÃO PAULO. Candidatos apontam erros nas notas e dificuldades de acesso ao espelho da redação do Enem 2025, divulgado nesta terça-feira (17) pelo Inep, instituto vinculado ao MEC (Ministério da Educação). Após a liberação, a página com a análise pedagógica dos textos produzidos pelos candidatos ficou indisponível para parte dos estudantes.

Relatos nas redes sociais indicam inconsistências na soma das pontuações e notas atribuídas fora do padrão de correção do exame. Pela regra, cada uma das cinco competências é avaliada por dois corretores, com notas em intervalos fixos que vão até 200 pontos por critério.

O Inep afirmou que não houve alteração nem erro na nota final da redação do Enem 2025, disponível no boletim de desempenho dos candidatos. O órgão informou que solicitou ao Cebraspe, responsável pela aplicação do exame, a correção na apresentação das notas por competência no espelho da redação. Segundo o Inep, o sistema foi normalizado e

O ESTADO

ESTADO DE MINAS

Jornal de Brasília

200 anos DIÁRIO de PERNAMBUCO

O Popular

MEM Melhores Escolas Médicas

EXPEDIENTE

Presidente: Moses Rodrigues | Vice-presidente: Victor Veronezi | Diretor administrativo: Ihanmark Damasceno | Diretor Técnico: Fernando Passos | Conselho de Administração: Alexandre Chaddad, Paulo Vieira e Conrado Raunheitti | Conselho Fiscal: Jouberto Uchôa, Clovis Fecury e Jaime Romero | Secretária-executiva: Priscila Planelis | Relações Institucionais: Gilberto Garcia | Jornalista Responsável: Dulce Mesquita (DRT 4425/PE).